



TERMO DE REFERÊNCIA – PEDIDOS N°S 138 e 139/2020

1. OBJETIVO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o processo licitatório, determinando as condições que disciplinarão a **aquisição de Equipamento de proteção Individual - EPIs (Avental Cirúrgico Descartável, Gorro Descartável, Máscara Cirúrgica Descartável, Máscara N95/PFF2, Óculos de Proteção e Protetor Facial), Álcool em Gel 70% - 500ml, Álcool em Gel 70% - galão 5 litros e Termômetro de Testa**, em enfrentamento ao COVID – 19, conforme estabelecido neste instrumento e seus apêndices.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico, Apêndice “A” do presente termo.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 3.1. Os itens que compõe o objeto da licitação têm a natureza comum, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520/02, c/c inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/19.
- 3.2. Os itens a serem adquiridos possuem especificação conforme Proposta de Preços (Anexo I do edital).
- 3.3. Os respectivos códigos CATMAT dos itens estão discriminados no Apêndice “D” do presente termo.
- 3.4. A contratação objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica – Pregão Simplificado, terá como tipo o “Menor Preço” e como critério de julgamento o valor do item.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS

- 4.1 Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove que a licitante fornece/forneceu bens pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação.
- I. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
- II. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou



que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

- 4.2** Licença de Funcionamento expedida pelo órgão competente da esfera Estadual ou Municipal da sede da Licitante, para exercer atividade, que esteja dentro do prazo de validade. No caso do Distrito Federal, a Licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais.
- 4.3** Alvará sanitário expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da Licitante, para exercer atividades de Comercialização e venda dos materiais. No caso do Distrito Federal, a licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais.
- 4.4** Para todos os itens propostos será exigida a apresentação da Cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, ou de sua publicação no Diário Oficial da União, o qual é emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, conforme RDC nº. 95 de 08/11/2000, sendo que suas renovações só serão válidas se publicadas no DOU. No caso em que os itens se enquadram nas Classes de Risco I e II os mesmos serão dispensados de apresentação da CBPF, conforme a RDC nº 15, de março de 2014.
- 4.4.1** As licitantes distribuidoras e/ou importadoras deverão apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle do fabricante do produto por ele comercializado. O produto que for cotado e que a linha de produção não esteja certificada será desclassificado.
- 4.4.2** No caso de produto importado é também necessária a apresentação do certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle ou documento que ateste o cumprimento das Boas Práticas de Fabricação, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, bem como laudo de análise do (s) lote(s) a ser(em) fornecido(s), emitido(s) no Brasil.
- 4.4.3** No caso de materiais importados, que dependem de alta tecnologia e que porventura não exista tecnologia nacional para os testes de controle de qualidade necessários, poderão ser aceitos laudos analíticos do fabricante, desde que comprovada a certificação de origem dos materiais, certificação de Boas Práticas de Fabricação bem como as Boas Práticas de Laboratório, todos traduzidos para o idioma Português.
- 4.5** Cópia do Comprovante de Registro na ANVISA dos materiais, conforme Lei nº 6.360, 23 de Setembro 1.976, também do Decreto nº. 8.077, de 14 de agosto de 2013, ou de sua publicação no Diário Oficial da União. Caso não haja obrigatoriedade do Registro (por dispensa ou isenção) deverá apresentar cópia da Declaração de Dispensa ou Isenção de Registro.
- 4.6** A licitante deverá comprovar que possui Autorização de funcionamento da empresa participante do certame (AFE), expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância



Sanitária, em plena validade, quando competente ou através de comprovação de sua isenção, sendo que, Protocolos não serão aceitos. Em caso de pedido de revalidação da AFE efetuado pela licitante dentro do prazo legal (120 dias) antes do término de sua vigência vencimento, pois, caso a ANVISA não tenha decidido sobre o pedido de revalidação antes do término do prazo da licença, considerar-se-á automaticamente prorrogada até a data da decisão emitindo nova autorização, somente neste caso, o protocolo será aceito, conforme o art. 22 do Decreto nº. 74.170 de 10/06/1974.

5. APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA

- 5.1** Para os itens: Avental Cirúrgico Descartável 110cm (Código 56680), Avental Cirúrgico Descartável 150cm (Código 56681), Gorro Descartável (Código 56683), Máscara Cirúrgica Descartável com Elástico e Clip Nasal (Código 56684), Máscara N95/PFF2 (Código 56685), Óculos de Proteção Incolor (Código 56686), Protetor Facial (Código 56682), o envio da amostra será solicitado da licitante provisoriamente classificada no certame, convocando – se subsequente na hipótese de não entrega ou rejeição do produto apresentado pela primeira.
- 5.1.2** A licitante será convocada a apresentar amostra dos itens solicitados, a ser entregue em até 05 (cinco) úteis, contados da data da convocação do Pregoeiro.
- 5.1.3** Excepcionalmente, esse prazo poderá ser prorrogado por um único período de 03 (três) dias úteis, caso a licitante comprove que a amostra já foi remetida ao endereço inframencionado, ou seja, encontra-se em transporte.
- I. Poderão ser considerados os seguintes documento para fins de comprovação: nota fiscal de contratação da transportadora, guia de remessa de produto ou outro documento hábil para comprovação de envio.
- 5.1.4** As amostras deverão ser entregues diretamente na Secretaria Municipal de Fazenda, sito na Rua Coronel Ponciano, 1700, Parque dos Jequitibás, na cidade de Dourados-MS, em horário de Expediente da PMD (no período das 07h30min as 13h30min).
- 5.1.5** As amostras deverão vir identificadas com o número da licitação o CNPJ e a firma, denominação social ou a razão social da licitante, sob pena de desclassificação, se não apresentado. A identificação, quando possível, não deverá se sobrepor a marca, modelo e/ou identificação própria do material.
- 5.1.6** Caso a amostra da primeira colocada não seja aprovada, a segunda colocada na etapa de lances, após comprovada sua habilitação no certame, será convocada pelo Pregoeiro para apresentar sua amostra e negociação no mesmo prazo e condições supracitados, o mesmo ocorrendo sucessivamente com as demais licitantes no caso de reprovação, até que seja declarado um vencedor para o item.



- 5.2** A análise para avaliação técnica de conformidade e da compatibilidade da amostra com as especificações constantes da Proposta de Preços, será efetuada pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Procedimentos Licitatórios, nomeada pela Resolução Decreto nº1359, de 23 de Outubro de 2018.
- 5.3** Os parâmetros/critérios utilizados pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Procedimentos Licitatórios para julgamento da amostra entregue serão:
- I. Verificação da embalagem ofertada com a solicitada;
 - II. Quantidades de amostras entregues com dados por item de: marca modelo, código do modelo/produto, procedência, lote, validade e nº. Registro ANVISA;
 - III. As amostras devidamente identificadas serão analisadas observando se o descritivo da embalagem do produto, da ficha técnica/catálogo e apresentação do produto estão de acordo com o descritivo do edital, se a identificação do produto, lote, registro no MS, data de fabricação e validade são legíveis e estão de acordo com as exigências do edital, assim como se seus resultados apresentam confiabilidade e reprodutibilidade
- 5.4** A análise da amostra poderá ser acompanhada pelo representante legal da licitante ou pelo preposto, desde que legalmente constituído, não sendo permitidas, contudo, interferências verbais ou operacionais no decorrer dos procedimentos.
- 5.5** A aceitação ou rejeição da amostra de cada item será efetuada pela Comissão, mediante Termo de análise de Amostra, que será inserido no respectivo processo de licitação e, oportunamente, terá seu resultado divulgado pelo Pregoeiro, momento em que será dada publicidade todos os interessados.
- 5.6** A amostra entregue não será subtraída do montante a ser adquirido e ficará à disposição do Contratante, tendo em vista sua utilização para análise e compatibilidade do produto cotado com as especificações técnicas solicitadas, no ato da entrega dos produtos.
- 5.7** Se a amostra não atender integralmente as especificações, licitante será desclassificada e a retirada do bem deverá ocorrer em, no máximo 10 (dez) dias, contados da data da comunicação oficial do Pregoeiro quanto a reprovação.
- 5.8** A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como original ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos do edital.

6. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA (CATÁLOGO/FOLDERS/MANUAIS/PLANILHAS)

- 6.1** Para o item Termômetro de Testa Portátil Infravermelho (Código 56679), as Licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta um catálogo(s) do(s) produto(s) cotado(s), para análise com as especificações descritas no Pedido de Licitação ou Proposta Detalhe, e obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos solicitados, através de documentos, conforme segue:



- I. **Documentos que sejam de domínio público** (eletrônico ou impresso) cuja a origem seja exclusivamente do fabricante dos equipamentos como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet.
- a. Os documentos deverão ser em original, cópia autenticada ou impressos do site do próprio fabricante e apresentados de forma nítida e legível, em língua portuguesa sem rasuras ou emendas, conforme dispõe o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor;
 - b. Documentos impressos pela *Internet* somente serão considerados válidos, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e deve vir indicando as respectivas URL (Uniform Resource Locator), possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;
 - c. Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação do documento disponibilizado pela licitante, exceto quando referidas modificações tiverem concordância expressa do fabricante;
 - d. No caso de documento com diversos modelos, a proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação;
 - e. Poderá a Comissão Técnica Especial, caso houver necessidade de se constatar a veracidade das informações, fazer consulta direta no site da fabricante.
- II. **Declaração de Capacidade de Assistência Técnica**, constante do Apêndice "C" do Termo de Referência.

6.2 A análise para avaliação técnica da conformidade e da compatibilidade da documentação com as especificações constantes da Proposta de Preços será efetuada pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Procedimentos Licitatórios, nomeada através da Resolução/Decreto nº 1359, publicada no Diário Oficial de 23/10/2018.

7. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1 DA GARANTIA

7.1.1 O prazo de garantia do item Termômetro de Testa Portátil Infravermelho (Código 56679), da presente licitação deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, ou a do fabricante se superior a exigida, livre de horas de uso, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais, sendo compreendida pela assistência técnica, incluindo mão de obra, reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos de fábrica, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal, prevalecendo, contudo, o prazo constante do certificado de garantia, desde que seja superior ao mínimo exigido.

7.1.2 Durante o prazo de vigência da garantia, constituem-se obrigações da Contratada:



- I. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo o equipamento permanente ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observado a legislação pertinente;
- II. Arcar com os custos de transporte e seguro de transporte, além daqueles relacionados com a manutenção do equipamento;
- III. Prestar assistência técnica permanente e gratuita, que incluirá o atendimento e resolução dos problemas ou defeitos apresentados, seja diretamente ou por intermédio de representante(s) autorizada(s) ou credenciada(s) do fabricante, observando as seguintes condições:
 - a) Caso ocorram mais de 03 (três) chamados para assistência técnica referente ao mesmo problema ou 05 (cinco) chamados referentes a problemas distintos, a Contratada deverá substituir o equipamento defeituoso por equipamento novo, com especificação técnica igual ou superior à constante da proposta;
 - b) O prazo para conserto do equipamento com defeito, durante o período de vigência da garantia, será de no máximo 10 (dez) dias úteis a partir da abertura do chamado técnico, que deverá ser atendido em até 01 (um) dia útil.
 - c) Quando esse prazo de conserto for excedido, ou seja, no 11º (décimo primeiro) dia útil a partir da abertura do chamado técnico, outro equipamento com especificação técnica igual ou superior ao constante na proposta deverá ser fornecido para substituí-lo até sua devolução.
 - d) O equipamento deverá ser substituído definitivamente por outro equipamento novo, com especificação técnica igual ou superior da proposta, se o conserto não for realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- IV. Substituir o equipamento ofertado ou as suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação por equipamento novo e que possua a mesma especificação técnica originalmente proposta.

8. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 8.1** A solicitação dos itens serão realizadas através da Autorização de Fornecimento (AF), que é documento no qual consta a especificação exatamente licitada, bem como as quantidades a serem entregues.
- 8.2** A Autorização de Fornecimento (AF) será enviada à Contratada via email ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.
- 8.3** A licitante vencedora está vinculada a fornecer estritamente os itens discriminados no Pedido de Licitação, no contrato e na nota de empenho, e, no ato da entrega da mercadoria



poderá ser constatado o desacordo com o pedido de licitação, contratado e nota de empenho, o que acarretará a devolução do mesmo.

- 8.4** Os itens deverão ser entregues parceladamente, em até 10 (dez) dias no Patrimônio/Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, sito na Rua Coronel Ponciano, nº 900, bairro Parque dos Jequitibás, na cidade de Dourados-MS, ou em outro local determinado com antecedência pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMS, respeitando obrigatoriamente, a quantidade determinada, sendo os mesmos recebidos pelos integrantes da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias.
- 8.5** As entregas deverão ser feitas no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dourados-MS: de segunda a sexta-feira, no período das 07h30min às 13h30min.
- 8.6** A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação da Contratante, sujeitando-se a aplicação das penalidades aplicáveis pelo descumprimento do prazo de entrega.
- 8.7** Os itens deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal e/ou Fatura), ou seja de acordo com a autorização de fornecimento (AF) dela devendo constar o número do Contrato, o equipamento, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.
- 8.8** O Material Permanente - Termômetro de Testa Portátil (Código 56679), bem como seus acessórios e componentes exigidos, deverão ser fornecidos novos e dentro das regulamentações e das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, INMETRO, Normas Técnicas do Ministério do Trabalho e demais, sendo que os itens considerados inadequados, de inferior qualidade ou que não atenderem às exigibilidades, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CONTRATANTE, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- 8.9** O Material Permanente deverá observar rigorosamente as características especificadas, sob pena de ser recusado o seu recebimento e acompanhados da seguinte documentação:
- Certificado de Garantia;
 - Manual de Instrução e Uso;
 - Indicação da rede de assistência técnica autorizada.
- 8.10** Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11/09/1990, a apresentação do Termômetro de Testa Portátil (Código 56679), deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, prazo de validade e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.
- 8.11** Nos casos em que haja necessidade a Contratada será responsável pela instalação, montagem do aparelho/equipamento em local a ser indicado pela Contratante, devendo



inclusive, dar treinamento quanto a correta utilização do (s) mesmo (s) a funcionários da Contratante.

- 8.12** Em caso de irregularidades não sanadas por parte do fornecedor, a Administração, por meio de seu representante legal, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 8.13** Em caso da necessidade de providências não realizadas por parte do fornecedor, os prazos para pagamento poderão ser suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a à aplicação de multa previstas no instrumento de contrato, e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste Processo Licitatório.
- 8.14** Todas as despesas relativas a entrega dos equipamentos ocorrerá por conta da Contratada.
- 8.15** Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

9. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 9.1** Os itens serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente nos termos do art. 73, inciso II, alíneas “a” e “b” do referido dispositivo, da seguinte forma:
- I. Provisoriamente – após simples conferência das especificações técnicas e demais características exigidas no edital de licitação e definidas na Proposta de Preços e no presente instrumento;
 - II. Definitivamente – após a comprovação do seu perfeito funcionamento, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento provisório.
- 9.2** As aceitações dos itens somente serão efetuadas após o mesmo ter sido considerado satisfatório pela Comissão de Recebimento designada especialmente para este fim, sendo que a não observância das condições estabelecidas, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou pedido de indenização por parte da inadimplente.
- I. Não será aceito itens divergentes quanto marca, o modelo ou a especificação informada na Proposta de Preço da Contratada e no presente instrumento da Contratada;
 - II. Detectando-se alguma anormalidade como defeitos, falhas ou imperfeições nos itens, estes serão relacionados e entregues a Contratada para adoção das medidas cabíveis afim de sanar os problemas, podendo rejeita-los, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



- III. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de Notificação.
- a. Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e pagamento até sua regularização de forma integral, cujo o prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- IV. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos itens que porventura seja entregue com defeito, danificado ou não compatível com as especificações, sem ônus para a Contratante, mantido o preço inicialmente contratado;
- V. Os itens considerados inadequados, de inferior qualidade ou que não atenderem às exigências, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- 9.3** Os itens serão recebidos mediante apresentação da documentação exigida no subitem "8.9" do presente instrumento e emissão do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Contratante após a entrega total do objeto.
- 9.4** Os itens serão recebidos mediante a apresentação pela Contratada, do Certificado de Garantia e emissão do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Contratante após entrega total do objeto.
- 9.5** A Contratante reserva-se no direito de não aceitar o material permanente e consumo que estiverem em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.6** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa pela sua perfeita execução do Contrato.
- 9.7** Independente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do material permanente e consumo e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado ou no caso de apresentar falha, mesmo que o fato ocorra após o recebimento provisório e/ou definitivo, sob pena de aplicação, pela Contratante, das sanções previstas na Lei nº 8666/93.
- 9.8** A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada às penalidades previstas na legislação vigente.
- 9.9** Caso ocorra atraso sem justificativa aceita por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada às penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.



- 9.10** Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, o Contratante, por meio de seu representante, reduzirá a termos os fatos ocorridos e encaminhará a autoridade competente para que sejam tornadas as providencias legais pertinentes.
- 9.11** No caso de inadimplência da Contratada, entrega do material permanente e consumo com especificações diferentes do ofertado, ou ainda com imperfeições, quantidade inferior a consignado na Nota de Empenho, considerar-se-á como data efetiva da entrega aquela em que o material permanentes e consumo seja entregue, em características compatíveis com o solicitado.
- 9.12** Em caso de necessidade de providencias por parte da Contratada, o prazo para pagamento será suspenso e o fornecimento considerado em atraso, sujeitando-o a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e conforme o caso, as outras sanções estabelecidas na lei e neste Contrato.
- 9.13** O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Contratada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como no artigo 69 da Lei Federal 8.666/93, e demais exigências legais.
- 9.14** Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1** O valor estimado para a aquisição de é de **R\$ 2.574.265,00 (dois milhões quinhentos e setenta e quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais).**

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1** As despesas correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária.

12.00 - Secretaria Municipal de Saúde;
12.02 - Fundo Municipal de Saúde;
10.122.11 – Programa de Gestão Administrativa;
2224 – Enfrentamento de Emergência – COVID 19;
33.90.30.00 – Material de Consumo.

12. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

- 12.1** Obrigações da Contratada:

- I. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;
- II. Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à entrega do objeto da licitação;



- III. Dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na integra solicitada;
- IV. Entregar os itens solicitados de acordo com a descrição;
- V. Realizar as entregas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidas neste Termo;
- VI. Observar as prescrições emanadas do agente da Administração designado para acompanhar os serviços;
- VII. Seus funcionários deverão estar devidamente identificados e uniformizados;
- VIII. A adjudicatária deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- IX. A adjudicada deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;

12.2 Obrigações da Contratante:

- I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão, ou servidor especialmente designado;
- II. Aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- III. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos itens;
- IV. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes aos serviços referente ao objeto deste Termo de Referência;
- V. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- VI. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecida no Edital e seus anexos;
- VII. Elaborar as notas de Empenhos e as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades a serem executados;
- VIII. Exercer a fiscalização da entrega dos materiais/produtos por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- IX. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- X. Proporcionar a Contratada as facilidades necessárias afim de que possa desempenhar normalmente a entrega dos materiais/produtos;
- XI. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a Contratada oferecer fora das especificações;
- XII. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.



13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 13.1** Nos termos do art. 67 Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 14.1** O presente instrumento terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura com vinculação financeira relativa ao exercício financeiro anual, com eficácia após a publicação de seu extrato na Imprensa Oficial, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto vigorar o Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, respeitados os prazos pactuados.
- 14.2** No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.
- 14.3** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes a contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.
- 14.4** No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento

15 PAGAMENTO E REAJUSTE

- 15.1** Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega e aceite definitivo dos materiais/produtos, juntamente com a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe a alínea "a", inciso XIV, do art. 40, combinado com a alínea "b", inciso II, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.



15.2 Deverá constar o número do Empenho na Nota Fiscal a ser emitida.

15.3. A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

- I. **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
- II. **Nota Fiscal** gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não entrega dos materiais/produtos solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
- III. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.
 - a) No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice "B", devidamente assinada pelo responsável e no original.
 - b) A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento dos serviços e, conseqüentemente da nota fiscal.

16 FUNDAMENTO LEGAL

16.1. Como a **Lei 13.979/2020 tem como escopo "as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus"**, cabe ainda salientar que, pela natureza sumaria do procedimento ora tratado, não será dotado da complexidade e da profundidade de outras contratações regidas pelas Leis nº. 8.666/1993 e 10.520/2002. É o que orienta o art. 4º-G da Lei 13.979/2020 *"Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade."*

16.2 Este Termo foi elaborado obedecendo ao disposto nas normas e procedimentos administrativos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e



constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório vinculando-se ao edital e seus anexos.

17 DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1. Por fim, registra-se que o presente Termo foi elaborado pelo(a) servidor(a) Paula da Silva Claudino, matrícula funcional nº 114766060-5, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.


Paula da Silva Claudino

Diretora Departamento Operacional

18 DA AUTORIZAÇÃO

18.2 Com fundamento no art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente Termo de Referência e as justificativas apresentadas no Apêndice "A" e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.

Dourados, 03 de Dezembro de 2020.


Jackson Farah Leiva

Secretário Adjunto de Saúde



APÊNDICE "A"
JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação refere – se a aquisição de Equipamento de proteção Individual - EPIs (Avental Cirúrgico Descartável, Gorro Descartável, Máscara Cirúrgica Descartável, Máscara N95/PFF2, Óculos de Proteção e Protetor Facial), Álcool em Gel 70% - 500ml, Álcool em Gel 70% - Galão 5 litros e Termômetro de Testa, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde – SEMS, devido ao enfrentamento ao Novo COVID – 19.

Considerando que o Equipamento de Proteção Individual - EPI é todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde e que uma das medidas de proteção e prevenção da doença é a limpeza de mãos e superfícies, sendo de eficiência comprovada a higienização das mãos com Álcool em Gel 70%.

Considerando que uma das formas de detecção da doença é a alteração de temperatura corporal, e os Termômetros digitais infravermelhos são sensores capazes de aferir a temperatura de corpos sem a necessidade de tocar a superfície, ou seja, não tem a necessidade de contato direto.

Tendo em vista que o Ministério da Saúde declarou, por meio da Portaria 188 de 3 de fevereiro de 2020, Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência de infecção humana pelo Covid-19, justifica-se a aquisição dos itens da presente licitação para proteção dos profissionais da saúde, como meio de prevenir ao máximo a contaminação pelo Novo COVID – 19.

Dourados, 03 de Dezembro de 2020.

Jackson Farah Leiva

Secretário Adjunto de Saúde



APÊNDICE "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV
DO ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da
IN RFB n.º 1.244/2012)

Prefeitura Municipal de Dourados

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à
Prefeitura Municipal de Dourados, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda
da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição
para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se
refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no
Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas
Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei
Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I. Preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fls. 168
Prot. E. _____
RUBRICA _____
Proc. _____

APÊNDICE "C"
MODELO DE DECLARAÇÃO
Declaração de Capacidade de Assistência Técnica

Proponente (Razão Social):	
Inscrição no CNPJ/MF:	Inscrição Estadual:
Endereço:	
Cidade/Estado:	
Telefone/ Fax:	
Nome do Representante Legal da Licitante:	Cargo:
Carteira de Identidade:	CPF:
Pregão Eletrônico:	Processo:
Edital nº ____/2020	nº ____/2020
DECLARAÇÃO (Texto para o caso de a licitante ser revenda)	
<p>Declaramos, sob as penas da lei, que forneceremos o equipamento (<i>indicar o equipamento proposto</i>), cujo fabricante é a empresa (<i>indicar o fabricante do equipamento proposto</i>).</p> <p>Declaramos também que, caso sejamos vencedores do presente certame, apresentaremos a relação dos endereços dos Centros de Assistência Técnica no momento da assinatura do contrato.</p> <p>Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.</p>	
Local/Data:	Assinatura do Representante Legal da Licitante:

OU

DECLARAÇÃO (Texto para o caso de a licitante ser fabricante do equipamento)	
<p>Declaramos, sob as penas da lei, que somos fabricantes do equipamento (<i>indicar o equipamento proposto</i>) e que temos a disponibilidade de Centros de Assistência Técnica adequadamente estruturados, para reposição e técnicos para prestarem os serviços de assistência técnica durante todo o período de garantia nas condições especificadas neste edital.</p> <p>Declaramos também que, caso sejamos vencedores do presente certame, apresentaremos a relação dos endereços dos Centros de Assistência Técnica no momento da assinatura do contrato.</p> <p>Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.</p>	
Local/Data:	Assinatura do Representante Legal da Licitante:



APÊNDICE “D”

1. CÓDIGO DO ITEM NO CATMAT/CATSER (COMPRASNET) E INTERVALO MÍNIMO DE LANCE

MATERIAL/EQUIPAMENTO	CÓDIGO DO COMPRAS (N&A)	UNIDADE COMPRAS (N&A)	UNIDADE CATMAT/CATSER	CÓDIGO CATMAT/CATSER
AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL – 110CM	56680	PACOTE	PACOTE	466443
AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL – 150CM	56681	PACOTE	PACOTE	466444
PROTETOR FACIAL	56682	UNIDADE	UNIDADE	456249
GORRO DESCARTÁVEL	56683	PACOTE	PACOTE	428627
MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO E CLIP NASAL	56684	CAIXA	CAIXA	452286
MÁSCARA N95/PFF DESCARTÁVEL (SEM VÁLVULAS	56685	UNIDADE	UNIDADE	397905
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	56686	UNIDADE	UNIDADE	244064
ÁLCOOL EM GEL 70% - GALÃO 5L.	56156	GALÃO	GALÃO	269943
ÁLCOOL EM GEL 70% - 500 ML	56158	UNIDADE	UNIDADE	429225
TERMÔMETRO DE TESTA PORTÁTIL	56679	UNIDADE	UNIDADE	438089

2. DO MODO DE DISPUTA E DISPONIBILIDADE DO VALOR

2.1 Será adotado o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

2.2 o valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação não será sigiloso.

3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO À ME/EPP/MEI E PREFERENCIA A LOCAIS E REGIONAIS

3.1. A licitação será exclusiva para Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor, individual, nos termos do art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 341, de 19 de março de 2018.

Justificativa: Aplicável para os itens: ÁLCOOL EM GEL – GALÃO DE 5L (Código 56165), ÁLCOOL EM GEL – 500 ML, AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL – 150CM, ÓCULOS DE PROTEÇÃO (Código 56686) e PROTETOR FACIAL (Código 56682).



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Fls. 170
Prot. E. 2642/20
Rub. 01
Proc. _____

3.2 Será aplicada reserva de cota, conforme benefício estabelecido no art. 62 da Lei Complementar Municipal nº 341, de 19 de março de 2018.

Justificativa: Aplicável para os itens: AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL – 110CM (Código 56680), GORRO DESCARTÁVEL (Código 56683), MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO E CLIP NASAL (Código 56684) E MÁSCARA N95/PFF DESCARTÁVEL SEM VÁLVULAS (Código 56685).